

A criança com síndrome de down no ensino regular: como promover sua inclusão?

Marizete dos Santosⁱ 

Prefeitura Municipal de Educação, Fortaleza, CE, Brasil

Adriana Maria dos Santosⁱⁱ 

Faculdade PLUS – FRJ, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

A inclusão de crianças com deficiência na sala regular tem grande importância no seu desenvolvimento e aprendizagem, pois a escola é um lugar de oportunidades para a criança experimentar sentimentos a partir do autoconhecimento, desenvolver autorrespeito e satisfação com novos saberes. O objetivo deste estudo é compreender como promover a inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular. Foram utilizados nesta pesquisa os seguintes referenciais teóricos: Bogdan e Biklen (1994), Correia (1999), (Schwartzman, 1999), Costa (2004) entre outros. A pesquisa revelou que apesar das limitações apresentadas na saúde das crianças com Síndrome de Down, incluí-la no convívio com crianças ditas “normais,” funciona como uma oportunidade de dar-lhes condições para o desenvolvimento de suas habilidades. Conclui-se com a pesquisa que é possível possibilitar a aprendizagem da criança com SD no ensino regular, através de um planejamento que considere as capacidades e necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe causa.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão Escolar. Criança.

Children with Down syndrome in regular education: how to promote their inclusion?

Summary

The inclusion of children with disabilities in regular classroom is of great importance in their development and learning, for school is a place of opportunities for children to experience feelings based on self-knowledge, develop self-respect and satisfaction with new knowledge. The aim of this study is to understand how to promote the inclusion of children with Down Syndrome in regular education. The following theoretical references were used in this research: Bogdan and Biklen (1994), Correia (1999), (Schwartzman, 1999), Costa (2004), among others. The research demonstrated that despite health limitations presented by children with Down Syndrome, their contact with so-called “normal” children works as an opportunity to provide them with conditions for the development of their skills. The research concludes that it is possible to enable the learning of children with DS in regular education, through a planning that considers their capacities and needs imposed by the Down Syndrome.

Keywords: Down Syndrome. School inclusion. Children.

1 Introdução

Dialogar sobre a inclusão requer uma reflexão constante acerca de como garantir o direito das pessoas com necessidades especiais de conviver em um ambiente respeitoso e igualitário. Compreende-se por inclusão a virtude de conviver harmoniosamente com pessoas supostamente diferentes do esperado pela sociedade, conforme menciona Mantoan (2005) quando aponta que “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós” (apud BATTISTI. 2007, p 134).

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido busca elucidar como promover a inclusão de crianças com síndrome de down no ensino regular, tendo em vista a abrangência de políticas públicas que asseguram o direito do estudante com deficiência à educação inclusiva, corroborando assim, com a perspectiva apresentada na (BRASIL, 2020), quando afirma o compromisso entre o Estado, a família e a sociedade no sentido de:

Promover ensino de excelência aos educandos da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades de educação, em um sistema educacional equitativo, inclusivo e com aprendizado ao longo da vida, sem a prática de qualquer forma de discriminação ou preconceito (BRASIL, 2010, p.53).

Compreende-se a Síndrome de Down (SD) como uma irregularidade genética, que segundo a ciência causa restrição no crescimento físico e intelectual do indivíduo. É provocada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo e ocorre geralmente no momento da fecundação do bebê. De acordo com o Movimento Down (2017), as pessoas com SD ou trissomia do cromossomo 21 têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população.

O resultado das desordens cromossômicas apresentadas em indivíduos com SD, de acordo com Schwartzman (1999) são ocasionados por diversas alterações clínicas, como: crescimento e alterações endocrinológicas que afetam geralmente alteração na tireoide e baixa estatura; alterações cardiovasculares; alterações oftalmológicas, que podem variar de pequenas anomalias até problemas sérios que merecem seu devido diagnóstico: alterações auditivas, perda auditiva problemas

linguísticos e fonológicos, alterações gastrointestinais, alterações imunológicas, leucemias, cavidade oral, pele e fâneros, alterações esqueléticas, alterações respiratórias e pulmonares, distúrbio do sono, e envelhecimento precoce.

Apesar do diagnóstico clínico do indivíduo com SD parecer desanimador, apontamos para o fato da existência de inúmeras pesquisas que vem apresentando dados significativos relacionados a crescente conquista da autonomia ao longo de sua vida, desde que haja as intervenções necessárias para o seu desenvolvimento.

O papel da família nesse processo torna-se primordial considerando sua influência cultural que irá contribuir fortemente na aprendizagem da criança com SD, pois “essa participação dos pais aliada ao bom relacionamento com a escola é de fundamental importância para o sucesso da inclusão, visto que eles têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho” (BUCKLEY; BIRD, 1998, p. 5-13).

As instituições de educação, por sua vez, precisam organizar-se pedagogicamente contemplando o trabalho com as diferenças a partir da elaboração do projeto político-pedagógico (PPP) que tem como objetivo atender as demandas no que diz respeito ao acolhimento das crianças, garantindo práticas inclusivas no cotidiano da escola, conforme preconiza o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) “a abertura da escola para as diferenças, sob a compreensão da diversidade, implica pedagogicamente na consideração da diferença dos estudantes, exigindo-se, assim, produzir a igualdade de oportunidades para todos” (DCRC, 2019, p. 40).

Para a efetivação da inclusão de crianças com SD faz-se necessário pensar práticas diversificadas no currículo da escola que vão desde o investimento na formação continuada dos professores como também adaptar os ambientes, materiais e metodologias de acordo com as suas necessidades.

Incluir a criança com Síndrome de Down no ensino regular possibilita avanços relevantes no seu desenvolvimento. No entanto, é importante ressaltar que isto somente ocorrerá em toda sua plenitude, se a criança com SD sentir-se incluída de fato nas atividades propostas. Consoante Vivodic (2013)

As pesquisas apresentadas mostram que, quando a criança com SD frequenta escolas regulares, tem ganhos significativos não só em seu desenvolvimento social, mas também em seu desenvolvimento cognitivo. Também foi constatado que não houve prejuízo para as crianças que não têm deficiência por estarem na mesma situação com crianças com SM. Outro ponto ressaltado pelas pesquisas é a importância da mediação para o sucesso do processo de inclusão (VIVODIC, 2013, p 64.).

1 Para o sucesso do trabalho educativo de um professor em sala de aula regular ocorrer de forma satisfatória, será necessário organizar o seu fazer pedagógico sempre considerando a construção do conhecimento coletivo e individual dos educandos. Conforme menciona Costa (2004):

Disponham de conhecimentos que lhes permitam ensinar, na mesma classe, crianças diferentes, com capacidades diferentes na aprendizagem e com níveis diferentes de conhecimentos prévios; os gestores escolares saibam como modificar a organização do estabelecimento educativo e saibam fomentar a autoformação dos professores (COSTA, 2004, p. 154)

A temática desta pesquisa busca garantir a inclusão de crianças com SD no ensino regular, partindo da orientação expressa na Constituição Brasileira (1988) que prevê no artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Para que a inclusão de crianças com SD ocorra efetivamente nos espaços escolares e seu direito seja assegurado, será necessário romper com paradigmas que trazem em seu histórico a segregação destes indivíduos. Esse pensamento nos levou a refletir quais caminhos possíveis podem ser percorridos para promover a inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular?

Deste modo, o objetivo da pesquisa é compreender de forma ampla como promover a inclusão da criança com SD no ensino regular.

2 Metodologia

A seguinte pesquisa foi realizada a partir de embasamentos teóricos e documentos legais referentes à Síndrome de down e sua inserção no ensino regular, considerando sua relevância para o norteamto do trabalho docente nas

instituições educacionais. O interesse pela pesquisa surgiu a partir dos desafios apresentados acerca da temática da inclusão e a necessidade que se mostra urgente em garantir o protagonismo das crianças com SD no ensino regular.

O artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa com dados bibliográficos, de acordo com os autores, Bogdan e Biklen (1994):

1

A investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49)

A leitura exploratória da bibliografia pesquisada possibilitou fomentar a discussão em torno da temática sugerida, e favorecer com base em dados legais a implementação dos direitos assegurados pela legislação vigente. Nesse sentido, “a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (Marconi, Lakatos, 1992).

Na construção do presente artigo, considerou-se inicialmente a compreensão acerca do sentido da palavra inclusão. Posteriormente, investigou-se a origem das alterações genéticas causadas pela Síndrome de Down, e por fim refletiu-se a respeito do potencial de aprendizagem em crianças com SD afirmando o seu direito no convívio social ao longo da vida.

3 Resultados e Discussões

A pesquisa revelou que apesar das limitações apresentadas na saúde das crianças com Síndrome de Down, incluí-la no convívio social com crianças ditas “normais,” funciona como uma oportunidade de dar-lhes condições para o desenvolvimento de suas habilidades, por intermédio dos estímulos que serão experimentados nas vivências do seu cotidiano.

Outro fator determinante no processo de inclusão das crianças com SD é a parceria entre escola, professores e pais, conforme previsto no art. 208 da Constituição Federal:

[...] é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, Art. 227).

1 Cientes do amparo legal que assegura o direito da criança com deficiência a uma educação de qualidade, torna-se necessário investir no atendimento que favoreça a aprendizagem efetiva deste público. A responsabilização da oferta de uma educação inclusiva e de qualidade não pode recair unicamente aos docentes, é preciso apoiá-los nessa caminhada.

Faz-se necessário investir no programa de formação continuada que atenda aos desafios exigidos durante sua caminhada profissional, e assim, estejam aptos a atender de forma inclusiva as crianças com deficiência, principalmente com SD. Conforme aponta Correia (1999):

São grandes as responsabilidades cometidas ao professor do ensino regular: espera-se que utilize estratégias e desenvolva atividades de ensino individualizado junto as crianças com NEE, mantenha um programa eficaz para o resto do grupo e colabore na integração social da classe. Sem a formação necessária para responder as necessidades educativas destes alunos, não conhecendo muitas vezes a natureza dos seus problemas e as implicações que têm no seu processo educativo, os professores do ensino regular não lhes podem prestar o apoio adequado (CORREIA, 1999, p. 30).

4 Considerações finais

Não é fácil falar em inclusão de crianças com SD na escola regular, posto que o assunto é complexo e contorna a realidade social e política onde estamos inseridos. Nesse ambiente, também pousa a vida, a formação e a profissão do professor, que muitas vezes precisa exercer seu trabalho em situações precárias no espaço escolar, que acaba gerando contradições e poucas possibilidades de estimulação cognitiva e intervenções junto aos alunos com SD no ensino regular.

Quando a criança chega à escola é importante respeitar o desenvolvimento dela, posto que ela traz consigo toda uma vivência por intermédio de suas experiências do cotidiano adquiridas a partir de brincadeiras e interações com o

meio onde vive. A criança com deficiência deve ser vista como sujeito, um ser completo e único.

O artigo teve como propósito refletir sobre a possibilidade das crianças com síndrome de down estudarem em escola regular a partir de uma visão inclusiva, objetivando o pleno desenvolvimento e aprendizagem por meio de um bom planejamento, acompanhado de um professor especializado (AEE) e levando em consideração as capacidades e necessidades imposta pelas limitações que a deficiência lhe causa.

Desse modo o docente precisa desmistificar seu fazer pedagógico e difundir seu conhecimento, uma vez que a criança com SD necessita ser bem acolhida juntamente com sua família, pois ela é fundamental no processo de evolução social da criança com deficiência.

Referências

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à Teoria e aos Métodos.** Porto Editora, 1994, p.49.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal. 1988.

BRASIL. **Lei n.13.146.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.124p.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> Acesso em: 28 jun. 2021.

BUCKLEY, S.; BIRD, G. **Incluindo crianças com síndrome de Down.** Notícias e Atualizações da Síndrome de Down. v.1, n.1, p.5-13, 1998.

CEARÁ. Secretaria do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental.** Fortaleza: SEDUC, 2019.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999. (Coleção Educação Especial, 1).

COSTA, M. A família com filhos com necessidades educativas especiais. **Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu:** Edições Millenium, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

1

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com a deficiência. Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4. ed. p. 43 e 44.

MOVIMENTO DOWN. **O que é a síndrome de down.** 2017. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/o-que-e/> Acesso em: 28 jun. 2021.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo. Editora Mackenzie, 1999.

VIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** 7. Ed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2013.

ⁱ **Marizete dos Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9515-0949>

Prefeitura municipal de Fortaleza, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Graduação em Pedagogia pela Universidade estadual Vale do Acaraú. Especialização em Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Vale do Jaguaribe. Professora na Rede Pública Municipal de Fortaleza.

Contribuição de autoria: Escrita, revisão e edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4895390363158899>

E-mail: educacaomariz1@gmail.com

ⁱⁱ **Adriana Maria dos Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3128-4451>

Faculdade PLUS – FRJ

Graduanda em Pedagogia pela Faculdade PLUS – FRJ. Curso técnico em andamento, Secretaria Escolar. Universidade Aberta do Nordeste, FDR, Brasil.

Técnico em Estética pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac – Ceará.

Contribuição de autoria: Escrita, revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6482387707843744>

E-mail: adrianflor007@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SANTOS, Marizete dos; SANTOS, Adriana Maria. A criança com síndrome de down no ensino regular: como promover seu protagonismo? **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2021.